

1

1

2

3

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR
DELIBERATIVO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MUNICIPAL (RDSM) PIRAQUÊ-AÇÚ E PIRAQUÊ-MIRIM**

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

2

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se no auditório da Base Oceanográfica da UFES (Pontal do Piraquê-Açú, Aracruz – ES), a segunda Reunião Extraordinária do Conselho Gestor Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal (RDSM) Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim com a presença dos conselheiros: Aladim Cerqueira (Secretário de Meio Ambiente), Fernando R. Lacourt (SEMTUR), Maria José Magalhães (AMIP), Ana Paula Corrêa do Carmo (Instituto Peroá), Gabriel Ruschi (EBMAR), Maik dos S. C. da Hora (Hippocampus), Joceli da Conceição (APESCAL), Wellington Moura Pego (APECI), Sheila Lopes Félix (ASCAP), Luciana B. Casate (SOAST), Elizabeth de Souza Areias (SOC. CULT. BloCongo), Ygo Silvestre de Deus (IEMA), Janina Azevedo (ICMBio), Thayná Mendonça Rui (SAAE), Antônio Schimitz B. Netto (SEMAG), André de Souza A. Alves (FOREST), e como convidado Wilson L. C. Meirelles (IPRAM). Além dos Conselheiros, presencialmente participaram da reunião José Ramos Fantim Rangel (SEDE – pescadores), Helena da Silva Vieira Santos e Rosicléria Pereira de Oliveira, e dos representantes da SEMAM: Rosicléria Mattos (Coordenadora da UC de Uso Sustentável), Priscilla Nobres (Assessora de Gerenciamento de Projetos). O Presidente do Conselho, Aladim Cerqueira, conferiu o quórum, e deu início a reunião às quatorze horas e doze minutos agradecendo a presença de todos e ressaltou sobre sendo a segunda reunião extraordinária desse conselho. Seguiu com sua fala enfatizando sobre dois temas muito importantes, execução de um trabalho que está sendo desenvolvido e na busca do avanço na gestão da reserva, e a título de informação do conselho, já estamos em um processo avançado na contratação do Plano de Manejo, que já teve aprovação do conselho. Seguiu dizendo que estamos resolvendo as últimas burocracias, e que já temos parecer aprovado pela procuradoria, e que está aguardando a assinatura do contrato com a

3

30 Fundação Espírito Santense de Tecnologia – FEST, para iniciar os trabalhos. E
31 ressalta, que toda consistência das ações que estamos fazendo, da resolução que
32 estamos aprovando, ela só vai vir mesmo após o Plano de Manejo, referendo de
33 uma lei específica e a implementação efetiva das resoluções que nos estamos
34 aprovando. É importante a gente está tomando essas medidas para criar referência,
35 consciência das pessoas, porque as coisas estavam muito soltas. Aprovamos aqui
36 uma resolução de pesca que já teve um impacto, fomos procurados por pescadores,
37 e percebemos que as pessoas estão respeitando muito mais do que antes. E hoje
38 estamos trazendo uma proposta de resolução, para a questão de regulamentar a
39 coleta das conchinhas de moluscos dentro da reserva. **ASSUNTO EM PAUTA**
40 **Caracterização das Famílias Beneficiárias da RDSM Piraquê-Açú e Piraquê-**
41 **Mirim.** Precisamos consolidar, é um processo orientado nas instruções normativas
42 federais do IBAMA / ICMBio para implementação da caracterização do cadastro das
43 famílias beneficiárias. Estamos dando um passo importante hoje, que segundo rito
44 estabelecido pelas normas federais, tem que ter uma aprovação dentro desse
45 conselho. Ao mesmo tempo estamos trazendo para vocês que houve muitas
46 denúncias sobre atividades específicas dentro da RDSMP, todas elas recebemos,
47 agimos e vamos falar um pouco para vocês sobre essas limitações. Existem
48 limitações dentro da legislação que precisa dar conhecimento para vocês. Alguns
49 sucessos, outros ainda nem tanto, mas providências foram tomadas. **ATA 12ª**
50 **Reunião do Conselho - submetida via e-mail por Priscila Nobres.** O conselheiro
51 Ygo (IEMA) se manifesta dizendo que faltou enviar os anexos, que não estava
52 anexado aos documentos enviados. Em seguida, afirma não ter participado da
53 última reunião do conselho. Priscila Nobres (SEMAM), se encarrega de editar o
54 arquivo e enviar novamente aos conselheiros. O Presidente do Conselho Aladim
55 Cerqueira, sugere submeter a aprovação da ATA na próxima reunião, até que se
56 recebam os anexos. Fica assim aceito, pelos conselheiros, para a próxima reunião.
57 O Senhor Aladim Cerqueira seguiu agradecendo a presença, dando boas-vindas ao
58 Sr. Wilson L. C. Meirelles (IPRAM). Ressaltou sobre as várias demandas recebidas

4

5

59 de morte das tartarugas, cetáceos (...), enfatizou o tratamento especial que esses
60 animais marinhos têm por algumas organizações, financiadas por meio da Petrobras
61 em programas que atinge o Brasil inteiro. A nossa região tem uma Base do IPRAM
62 que atende alguns grupos desses animais, convidando o Wilson para falar um pouco
63 sobre esse assunto. Wilson L. C. Meirelles representante - **Instituto de Pesquisa e**
64 **Reabilitação de Animais Marinhos (IPRAM)**, inicia sua fala se apresentando e
65 dando boa tarde a todos. Surgiram como uma ONG, que é uma Organização não
66 governamental, sem fins lucrativos. E atualmente são considerados como
67 Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Relatou em uma
68 linguagem mais formal: toda vez que uma empresa grande quer agir, em cima do
69 Meio Ambiente, existe um processo de licenciamento por parte do órgão ambiental.
70 Então, a Petrobras explora o mar, e aí o IBAMA fala que para explorar o mar no
71 Espírito Santo precisa cumprir algumas condicionantes. A condicionante é algo que
72 vai permitir com que a atividade, que gera malefício ao Meio Ambiente ocorra. Então,
73 desde 2010 existe aqui na costa do Espírito do Santo o programa de monitoramento
74 de praias. Esse programa tem objetivo de averiguar se a causa do encalhe, seja do
75 bicho vivo ou do bicho morto, se ela tá ou não relacionada com a atividade de
76 perfurações de poço de petróleo praticado pela Petrobras. Desde 2010, esse
77 programa era realizado por empresas privadas, CTA, AÇAITEC, depois virou o CTA
78 de novo, e por fim, agora é a AMBIPAR. Em 2022, o Programa de Monitoramento de
79 Praias (PMP), foi reestruturado no Espírito Santo para os moldes semelhantes como
80 ocorrem no resto do Brasil. Instituições que a vida toda trabalhava com os animais
81 executam o trabalho, a Petrobras fazia uma contratação / licitação, que contratava
82 uma empresa que fazia o gerenciamento dessas instituições. Então, esse mesmo
83 formato foi adotado dentro do Espírito Santo. Nesse rearranjo, o IPRAM a vida toda
84 nunca trabalhou com monitoramento de praias. Já fizemos alguns monitoramentos
85 por conta de alguns incidentes que ocorreram, mas a nossa especialização sempre
86 foi

6

7

87 com reabilitação e necrópsia. Então, quando teve essa reunião com o IBAMA, nossa
88 postura foi, vamos continuar fazendo os trabalhos de reabilitação e necrópsia, e se
89 sobrar alguma área de monitoramento temos interesse em fazer. Exemplo, aonde o
90 TAMAR a vida toda monitorou as praias, ele continua monitorando hoje. Lá no sul do
91 Espírito Santo tem uma instituição que chama IPCMAR – Instituto de Pesquisa e
92 Conservação do Mar, também estão fazendo o monitoramento. Para o IPRAM
93 ficaram as áreas de monitoramento dos municípios de Conceição da Barra, as
94 praias da Serra, as praias de Fundão e as praias de Aracruz. Confirmando a
95 presença do IPRAM nos monitoramentos das praias dessas regiões. Esse trabalho é
96 executado por monitores de campo, que são pessoas da própria comunidade, que
97 percorrem aproximadamente oito quilômetros (8km) de praia fazendo o serviço em
98 uma hora e meia/duas horas. Então, como eles entram na praia as cinco, sete horas
99 da manhã a gente já sabe tudo que ocorreu de tartarugas, de aves, na praia como
100 um todo. E depois desse horário nossa equipe fica dedicada, a disposição em
101 Fundão de prontidão, para receber demandas que chama de acionamento. Então,
102 nós vamos desenvolver esse trabalho na região. Priscila Nobres se encarre de
103 replicar os contatos do IPRAM. E se por um acaso encontrarem tartarugas ou aves
104 marinhas na praia é só acionar o IPRAM, e de imediato passamos orientações para
105 quem está com o bicho na praia, logo desloca uma equipe para fazer o resgate.
106 Nosso trabalho é só com as de tartarugas e aves, porque as baleias, golfinhos, os
107 lobos, as focas marinhas, vão ser tratados por uma outra instituição. Aqui na nossa
108 região quem cuida desses bichos é o Instituto ORCA, que já tem mais de trinta anos
109 de atuação aqui no Espírito Santo. Se por um acaso chegar demanda de mamíferos
110 marinhos, não somos nós que vamos tratar, mas a gente direciona para os nossos
111 amigos para eles poderem dar seguimento as ocorrências. O bicho é encaminhado
112 para reabilitação, e se o bicho estiver morto, a gente também registra, mesmo se em
113 estágio de decomposição. Dependendo do grau de decomposição do animal ou até
114 mesmo ser for uma espécie rara, em decomposição muito avançada, ainda assim

8

115 faz a necrópsia, tira alguns dados, biometria das tartarugas por exemplo. Iniciamos
116 os trabalhos no dia 10 de junho. Logo na primeira semana procuramos todas as
117 prefeituras, como objetivo de nos colocarmos a disposição. Wilson L. C. Meirelles
118 (IPRAM) finalizou agradecendo a todos presentes. O Presidente do Conselho,
119 Aladim Cerqueira diz ser importante salientar, que ele faz o monitoramento. Então,
120 muitas vezes a gente não sabe porque os animais morreram, mas a partir do
121 momento que ele faz uma necrópsia, ele pode identificar essas causas. Aladim pedi
122 que Wilson fale um pouquinho dos resultados. Wilson L. C. Meirelles (IPRAM) fala
123 que é uma outra coisa que estão combinando com as prefeituras, combinando com
124 o Fernando também que é o Gestor da APA, trazer uma devolutiva, mesmo que seja
125 semestralmente ou anualmente, o porque esses bichos estão morrendo. O IPRAM
126 não é uma empresa, o IPRAM é um instituto, uma instituição que depois da
127 integridade física das pessoas, das pessoas que trabalham com a gente, que
128 convive com a gente, a gente faz o possível e o impossível pelos bichos. Então, não
129 justifica a gente fazer um trabalho, não trazer esse trabalho de volta pra vocês, não
130 mostrar as informações pra vocês. Então assim, tudo em prol da causa que se
131 dispõe a trabalhar, é pela defesa dos bichos, do meio ambiente como um todo. A
132 conselheira Elizabeth de Souza Areias (SOC. CULT. BloCongo) questionou sobre a
133 existência de algum card, e afirmou que todos acham que os bichos precisam ser
134 direcionado para EBMAR. O Presidente do Conselho Aladim Cerqueira, responde
135 que o card foi enviado para a prefeitura e distribuído no grupo. Ressalta a
136 importância de divulgação, usando o exemplo da tartaruga que chegou
137 recentemente que foi pescada aqui que estava cheio de (...) “fibropapiloma”, os
138 especialistas já sabem o que é. Deveria ter acionado o IPRAM para que eles
139 fizessem o resgate, de repente até salvasse o animal. Wilson L. C. Meirelles
140 (IPRAM) se manifesta dizendo que, aquele bicho estava muito acometido por vários
141 tumores. Tem animal daquela forma lá, que quando chega no nosso centro, quando
142 estão com aqueles tumores, eles já estão com a saúde bem debilitada. A gente tenta

11

143 restabelecer o parâmetro vital, faz cirurgias nele para poder fazer a retirada
144 daqueles tumores. Só que aquele bicho tinha muitos tumores no corpo inteiro, e
145 esses tumores são muito irrigados por muitos vasos sanguíneos. Então, não
146 podemos retirar aquilo de uma vez só. Aquele bicho passaria tranquilamente de
147 nove a dez meses em reabilitação até remover todos os tumores dele. Como
148 ressaltado pelo Aladim, se precisar contem com a gente, pode ligar pra gente. E isso
149 que a Sra. falou, está dentro do nosso plano de ação, de reconhecer tanto os
150 fornecedores que podem nos ajudar, por exemplo, saber estrategicamente onde tem
151 um gelo fácil se precisar colocar uma tartaruga fresquinha no gelo pra garantir uma
152 coleta na necrópsia. Isso é importante! Além disso, é fundamental a gente conhecer
153 os atores sociais de cada localidade. Nos tivemos o privilégio de contratar um
154 monitor que já trabalhou de recenseador do IBGE, e ele conhece muitas residências
155 que estão ali na beira da praia. Mas é aquilo que eu expliquei, nos começamos dia
156 dez agora, e nos não tivemos quatro meses de mobilização do projeto que nos foi
157 prometido. “Meio que estamos com o avião em voo tendo que trocar peças”. Acredito
158 que no máximo oito meses isso vai está normalizado, no sentido de, tanto as
159 pousadas, as comunidades todas conhecerem a gente. Existe um banner no formato
160 antigo, que está sendo reestruturado, só que ainda não foi aprovada a arte. A arte
161 ficando aprovada, vai rodar. São mais de mil, então o volume é muito grande, aí eu
162 vou trazer de novo, vou participar das reuniões também. O Presidente do Conselho
163 Aladim Cerqueira reforça sobre Priscila ter colocado o card do IPRAM no grupo da
164 RDS, e pede para ser observado e compartilhar. Divulgar que o IPRAM está aqui
165 fazendo esse trabalho importante. Maria José Magalhães (AMIP) questiona se o
166 card já existe nas escolas, nas faculdades, nos supermercados, porque quanto mais
167 informação se espalha, mais as pessoas tem facilidade de contatar o IPRAM. Wilson
168 L. C. Meirelles (IPRAM) responde, que ainda não está por conta do formato que ele
169 explicou anteriormente. Mas isso já está mapeado pela gente, no sentido de
170 percorrer toda faixa de praia identificando as lideranças os atores sociais e a gente
171 divulgar os nossos números pra essas lideranças também. Maria José Magalhães

12

13

172 (AMIP) questiona novamente que gostaria de saber se é só na orla ou no Piraquê-
173 Açú também. Wilson L. C. Meirelles (IPRAM) responde que no Piraquê-Açú eles
174 podem deslocar a equipe só que pedem autorização para Petrobras, por exemplo,
175 pra gente por resgatar o bicho. Se por um acaso a Petrobras falar que não pode
176 resgatar, nos resgatamos pelo trabalho que a gente faz na instituição. É um bicho
177 que a gente não receberia pelo serviço prestado pra ele, porque nesse contrato a
178 gente recebe por esforço realizado. Então suponhamos, você atende a tartaruga de
179 um período mínimo que se atende ela, e se você precisar dar continuidade ao
180 tratamento, você precisa justificar o porquê, apresentar os exames, e a instituição
181 falar se pode ou não dar continuidade ao trabalho. O Presidente do Conselho,
182 Aladim Cerqueira sugere uma parceria. Um animal debilitado, SEMAM pode ser
183 acionada. A SEMAM resgata e leva pra o IPRAM. A gente tem um canal para
184 destinar o animal. Muitas vezes a gente tem que pegar o animal e levar para o
185 SEREIAS. Wellington Moura Pego (APECI) pede desculpas pelo atraso, mas que
186 justificou. Afirma que já detectou Golfinho morto dentro do rio. O Presidente do
187 Conselho Aladim Cerqueira se manifesta, alertando que Golfinho é com o Instituto
188 ORCA, sendo outra organização responsável (baleias, golfinhos, leão marinhos...),
189 se colocando a espalhar o card do Instituto Orca também. Aladim agradece a
190 presença do Wilson, e reforça fazer um grande trabalho, grandes parcerias de
191 Educação Ambiental nas escolas, que podem construir muitas coisas juntos.

192 **FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NA RDSM PIRAQUÊ-AÇÚ E PIRAQUÊ-MIRIM.** O
193 Senhor Aladim inicia falando sobre as muitas demandas que tivemos. Excesso de
194 Rede de Pesca no Piraquê-Açú – algumas operações foram realizadas no ano
195 passado. Fizemos uma Resolução, que nós aprovamos aqui. Deu uma melhorada.
196 Recebemos algumas denúncias, porém muito menos do que antes. Recebemos
197 inclusive um vídeo que circulou por Santa Cruz, de bombas no Piraquê-Açú nas
198 atividades de pesca. Recentemente, nós recebemos muitas denúncias relacionadas
199 à cata das conchinhas também, por grupo de pessoas que vem de fora. Ultimamente
200 começamos a receber algumas denúncias de pesca no período de defeso. No

14



15

201 primeiro caso, saiu daqui uma resolução de pesca, que precisamos intensificar os
202 esforços para ampliarmos nossa fiscalização nos finais de semana, reconheço que
203 ainda é uma deficiência. Feriados, finais de semana, que é quando aumenta o
204 número de visitantes, a gente sente a necessidade de ter mais fiscalização. A
205 resolução existe. As normas estão claras pra todo mundo. Em relação as bombas
206 que soltaram, houve uma circulação de informação. Aquela pessoa que divulgou o
207 vídeo, nos entramos em contato com ela diretamente. Conversei com os dois, tanto
208 a menino quanto o rapaz, e eu pedi os dados de onde veio aquela localização
209 daqueles eventos. Encaminharam a localização e, coincidiu com uma outra denúncia
210 do pessoal que faz canoa no Piraquê-Açú. Inclusive, filmaram o lançamento de
211 bombas. Essas informações se difundiram muito, chegaram inclusive, ao governo do
212 estado, e nós buscamos agir. Muito importante deixar claro, esse evento ocorre na
213 aldeia indígena. Temos informações da forma como acontecem, são pessoas de
214 fora, pescadores de outras regiões, convidadas pelo cacique. Nós acionamos Polícia
215 Federal, Ministério Público Federal, IBAMA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente
216 e IEMA. Inclusive, foi aberto um processo de investigação sobre isso, essas áreas
217 foram visitadas. Tem um processo de investigação acontecendo, e algumas
218 operações do estado aconteceram nesse período. Não pegaram, porque não
219 coincidiram os eventos com o flagrante. Maria José Magalhães (AMIP) se manifesta
220 para melhor esclarecimento do método de pesca fazendo uso de bombas. André de
221 Souza A. Alves (FOREST) explica, lançam as bombas na flor d'água os peixes que
222 estão no fundo boiam, o pescador só vem catando esses peixes. O Senhor Aladim
223 da continuidade dizendo, que foi um período de alguns dias, enquanto esse grupo
224 estava acampado por ali, porém os eventos não coincidiram com os dias da
225 fiscalização. Ressalta ainda, que a prefeitura não tem competência para fiscalizar
226 aquela área, por ser reserva indígena. É competência Federal, competência do
227 IBAMA. Mas fizemos as comunicações e deixamos outras autoridades em alerta. No
228 caso das conchinhas, a gente pesquisou, fomos atrás, fizemos vistorias, convidamos
229 um dia a Polícia Civil, a Polícia Ambiental no dia desmarcou, não pode estar

16

17

230 presente. Abordamos uma residência aonde eles estavam hospedados, recebemos
231 vídeos (...). Existe uma diferença entre a atividade e a degradação que ocorre no
232 corte da vegetação do mangue. Para o nosso fiscal autuar em cima do corte da
233 vegetação, tem que ser o flagrante, porque depois que as conchas estão
234 armazenadas, não tem como. E não existe uma norma proibitiva para isso. Não tem
235 uma norma que proíba, que não possa haver essa coleta. E não tem norma que
236 proíba que pessoas que venham de fora façam essa cata. Ygo Silvestre de Deus
237 (IEMA) pergunta se são pescadores registrados essas pessoas. O senhor Aladim
238 responde dizendo, não são registrados. Inclusive, quando nossa equipe abordou, de
239 todo o grupo só tinha um com carteira, o resto não tinha. Mas eles não estavam
240 pescando, eles estavam alojados. Eles são executores, mas tem um contratante por
241 trás. Inclusive, nos acionamos até o Ministério do trabalho, porque as condições de
242 alojamento deles como trabalhadores, são totalmente inadequadas. Fizemos uma
243 denúncia para eles, em função disso, suspeita até de trabalho escravo. Não
244 sabemos como são as relações de trabalho, e está na mão do Ministério Público do
245 trabalho. Nós fomos em todas as frentes, mas o fato é que a gente ainda não
246 encontra um respaldo legal. Porque o fiscal quando vai fazer a abordagem ele
247 precisa ter a referência na lei do que é proibido, e isso não se encontra. Então,
248 estamos com esse desafio. Em função disso, fizemos uma pesquisa. Priscila se
249 debruçou, pesquisou onde existi normas sobre isso, e encontrou uma referência e
250 criou uma norma específica que nós estamos propondo hoje para vocês, só que ela
251 ainda vai ter deficiências. Ela só vai ser válida mesmo depois do Plano de Manejo,
252 mas já cria um norte, uma disciplina para as pessoas. E outra coisa que foi também
253 observada por nós, após consultar alguns moradores e o
254 pessoal que pesca dessa forma, os métodos que eles utilizam, são utilizados por
255 pessoas daqui. Cortar a vegetação para retirar ostra, tem catador nosso que
256 também faz. Então, se eu for proibir pra fora, tem que proibir pra dentro também.
257 Então, temos que criar uma consciência de todos na forma do fazer corretamente.

18

258 Na questão da pesca do período de defeso recebemos algumas informações dos
259 pescadores de Aracruz, que pescam aqui, é um outro grupo que foi formado depois
260 que criamos a Resolução. Fizemos a fiscalização com a Polícia Ambiental, mas no
261 dia não encontraram nada, mas precisamos aprimorar a fiscalização também. Sheila
262 Lopes Félix (ASCAPÍ) faz um comentário sobre a fiscalização feita na segunda-feira
263 no Irajá. Reforça que na segunda-feira é o dia que o pessoal está chegando, que
264 estão preparando para ir e que não haveria ninguém no mangue. Segue afirmando,
265 que os fiscais não entram no mangue, e que aonde tem ocorrência das ameixas, é
266 dentro do mangue. Então, se a fiscalização percorrer apenas pelo rio, não será
267 possível ver nada. Pergunta como seria possível resolver a parte da fiscalização
268 atuar dentro do manguezal. O senhor Aladim responde, o problema é chegar na hora
269 que eles estão lá. Pegamos informações dos dias que eles saem, de como eles
270 armazenam o produto. Eu recebi no dia seguinte que eles chegaram ontem. A fiscal
271 tem que chegar no momento que eles estão coletando. Ainda não temos um esforço
272 de fiscalização que coincidiu esse evento. Buscamos uma estratégia que não deu
273 certo. Verificamos todas as possibilidades, mas não são flagrantes. Se soubermos
274 com antecedência sobre o deslocamento deles, a fiscalização atua com mais
275 precisão no flagrante. São vamos conseguir executar esse tipo de serviço com mais
276 eficiência quando tivermos uma equipe, um guarda parque que fique direto em
277 campo. Luciana B. Casate (SOAST) pergunta, se tiver alguém da comunidade no
278 local tem como a fiscalização ir até o local. O senhor Aladim responde que sim,
279 porém precisa saber a disponibilidade da equipe. Afirmando o medo que a
280 comunidade tem em denunciar, porque sofrem ameaças. Ygo Silvestre de Deus
281 (IEMA) se manifesta afirmando, uma forma já colocada de imediato, para coibir isso,
282 é o fato deles não ter carteira de pesca. Se eles não tem registro como pescador,
283 não é autorizado pescar, está pescando irregular. Então verificado e sabendo disso,
284 eles não estão permitidos pescar, isso seria uma restrição. O senhor Aladim
285 responde que sim, verdade. Ygo Silvestre afirma, que achou interessante a
286 colocação e ressalta, já que o esforço da fiscalização é pequeno, pensar em

21

287 fiscalização mista (um fiscal, mais cinco comunicados). Tentar montar um
288 cronograma de ronda de fiscalização no território da unidade. Todas as falas
289 demonstram que a gente precisa maior presença institucional dentro do território.
290 Então, para alimentar o esforço de pesca, talvez seja isso. Ter um fiscal que precisa
291 dentro de um efetivo da prefeitura para lavrar auto, ter o poder de polícia, mas para
292 ter esforço, para coibir, para aumentar a área de fiscalização, fazer uma equipe
293 mista com quem vai ser beneficiário dentro da comunidade, talvez um para cinco.
294 Aladim pergunta, como consegue isso, e se acontece em algum lugar. Ygo Silvestre
295 afirma que acontece. Maria José Magalhães (AMIP) questiona se é possível saber
296 quem fez a denúncia, se “vaza”. Pelo fato da comunidade ter medo. Aladim
297 responde que não, e que é anônima. Ygo Silvestre continua dizendo que é uma
298 coisa ostensiva, que tem artigos publicados sobre o método de fiscalização que ele
299 sugeriu. E continua, que não especificou o nome do local, só levanta os dados (tem
300 tantas unidades onde a fiscalização mista acontece). Nos dados, eles reúnem no
301 mundo inteiro onde isso está dando certo, e onde não está. Onde a fiscalização
302 mista tem maior eficiência. Aladim pergunta, não precisa criar regras para isso. É
303 preciso colocar na lei para dar competência a comunidade a ser fiscal também. Ygo
304 responde, quem vai lavrar auto, quem vai fazer poder de polícia, é o fiscal. A
305 comunidade só vai fazer esforço comunitário para ajudar a fiscalização. Vai rondar
306 junto, mas a autuação, é o fiscal. Sugere que isso pode estar no nosso Plano de
307 Manejo, em uma resolução nossa, e isso já existe. No termo de compromisso, que
308 eu elaborei com Itaúnas, isso foi firmado, foi celebrado entre as partes. Aladim
309 pergunta se executam isso lá em Itaúnas. Ygo Silvestre responde que não sabe,
310 porque não trabalha na execução do que foi acordado, mas que foi acordado no
311 papel a fazer isso. Aladim Cerqueira se manifesta achando legal, e se os membros
312 da comunidade achar que tem viabilidade, se a vamos conseguir ter adesão,
313 podemos pensar, e sugere fazer a discussão, achando bacana. Luciana B. Casate
314 (SOAST) se manifesta sobre a tecnologia, de que está muito avançada, sugerindo
315 uma fiscalização com uso de drone. Aladim ressalta sobre a equipe da fiscalização,

22

23

316 que são seis fiscais e que elaborar uma rotina com seis fiscais, não é simples.
317 Estamos estudando uma portaria da SEMAM para poder criar uma fiscalização em
318 grupo noturno, finais de semana, mas não é simples, mas nós vamos chegar lá.
319 Ygo Silvestre de Deus (IEMA) relata que quando trabalhou na prefeitura de Vitória,
320 fazia fiscalização usando alunos da FAESA. Tinha polícia no meio, IBAMA, tudo
321 misturado, o que aumentava bastante o esforço de fiscalização. 2001/2002 estava
322 executando esse tipo de ação no período de andada. Priscila se manifesta falando
323 sobre o esforço de pessoas no mangue, citando o projeto da professora Mônica que
324 já está rolando os plantios, e também o projeto do professor Maurício. A presença no
325 mangue, com o barco da fiscalização, inibe indiretamente, mesmo não executando
326 trabalhos de fiscalização. Aladim se posiciona sobre a apresentação da MINUTA DE
327 RESOLUÇÃO a qual, Priscila Nobres faz apresentação e ressalta sobre o envio
328 muito apertado, pois queria dar uma agilidade no próximo ponto. Foi enviada a
329 todos os membros do conselho. Ressaltou ainda sobre o contato direto com dois
330 membros da comunidade para tirar algumas dúvidas sobre alguns termos populares
331 usado pelos pescadores, e o que tecnicamente seria melhor. O que difere de outros
332 estados. Juridicamente fez necessária uma conversa presencial do que funciona e
333 do que não funciona. Justificando a demora do envio do documento. Aladim se
334 manifesta dizendo para o Ygo (conselheiro), veio dessa forma por causa da
335 emergência de denúncias que vieram muito recentes. Então, nossa equipe teve um
336 esforço de elaborar, fazer pesquisa, consultar comunidade, para delinear essa
337 proposta. Depois teve que passar por um refinado da assessoria jurídica. Por esse
338 motivo em cima da hora, dessa reunião extraordinária. Essa reunião extraordinária
339 tem importância por causa das Famílias Beneficiárias. Mas resolvemos trazer minuta
340 da resolução para submeter a vocês. Priscila Nobres se manifesta sobre termos o
341 cronograma apertado. Aladim diz que a urgência não é nossa, a urgência é o
342 problema. Se os conselheiros entenderem que precisa esperar, estudar melhor, a
343 gente pauta ela para a próxima reunião. Estamos dando ciência dela. E se vocês se

24

25

344 sentirem confortáveis para aprova-la hoje aqui, está aprovado. Ygo Silvestre de
345 Deus (IEMA) se manifesta perguntado, conseguiram identificar a espécie. Priscila
346 Nobres responde que sim, seguindo com a leitura da Minuta da Resolução. O
347 presidente Aladim Cerqueira pede para voltar no artigo que diz sobre o método de
348 retirada da ostra, que existe uma importância. Que é o método de retirar raiz, muita
349 gente executa aqui. Beth Areias (SOC. CULT. BloCongo), diz que não entendeu, e
350 pergunta se não pode cortar a raiz. Priscila afirma que não pode cortar as raízes. O
351 senhor Joceli (APESCAL) explica o sobre o método correto da retirada do mexilhão,
352 do sururu e da ostra (fazendo o uso do facão) e o método de forma predatória
353 (fazendo o uso de inchadas). Cortar o “canapô” não é a forma correta. Segue
354 fazendo uma analogia, faz uma comparação com a colheita da mandioca, e reforça
355 dizendo que a enxada não é a forma adequada, porque ao invés de retirar os
356 grandes, retira um monte de filhotinhos. Priscila se manifesta dizendo que demorou
357 entender sobre o método com inchada, e só após explicação do Sr. Joceli que
358 entendeu que com o uso de inchada eles revolve aquele solo. Ygo Silvestre se
359 manifesta perguntando se existe alguma época que é mais intensa a coleta. O
360 senhor Joceli (APESCAL) responde que todo manguezal de forma geral é “canapei”.
361 Priscila Nobres afirma que o senhor Joceli falou que a ostra estava com um
362 “adesivo”. O senhor Joceli afirma que a ostra é marisco/molusco mais fácil de fazer
363 retirada, e explica, a maré encheu tampou, a maré secou ela fica exposta. Já a
364 ameixa não, fica mais para fora do manguezal. E o sururu é mais para a beirada do
365 valão. Retirada de manta mata tudo, filhotes (...). Ygo Silvestre (IEMA) pergunta se é
366 preciso a maré baixa para extrair. O senhor Joceli responde que sim. Ygo Silvestre
367 então diz que tem que intensificar a fiscalização na maré baixa. Sheila Lopes Félix
368 (ASCAPÍ) se manifesta dizendo que o problema é que em lugares que a maré está
369 baixa, a fiscalização não consegue chegar com a embarcação. Priscila Nobres
370 lembra da questão do tamanho da espécie. O senhor Joceli da Conceição
371 (APESCAL) sugere que espere para conseguir fazer o flagrante, e lembra do
372 “coro/pele no canapô “ que foi detectado recente em uma área de manguezal, e que

26

373 retirou a amostra para a equipe da SEMAM. Aladim pergunta se é um episódio novo.
374 O senhor Joceli da Conceição afirma ser o segundo episódio. O senhor Aladim
375 Cerqueira diz que a amostra foi encaminhada para o laboratório da UFES para
376 análises, e que está aguardo resposta. O senhor Joceli levanta a questão do
377 lançamento de esgoto no Rio Piraquê-Açú (Santa Rosa, Irajá e na Base), afirmando
378 ser a causa de alguns impactos, e segue falando sobre o óleo descartado no Rio.
379 Aladim explica ser na região de João Neiva, em um pátio da Vale. E segue, Priscila
380 entrou em contato com o Secretário de Meio Ambiente de João Neiva, o que estava
381 ciente, e nós passamos as informações para o IEMA e IBAMA. Priscila Nobres se
382 manifesta dizendo que os órgãos competentes já estão acompanhando a situação.
383 O senhor Aladim Cerqueira explica que é um rio que desaguá no Piraquê-Açú.
384 Porém, o óleo é uma substância que evapora quando presente na superfície da
385 água, e isso não quer dizer que aquela contaminação vai atingir o rio, depende da
386 quantidade. Claro que contamina, mas o SAAE faz análises constate da água do rio
387 na captação em Aracruz. Thayná Mendonça Rui (SAAE) explica o período que são
388 feitas as análises, e diz ser semestral. Porém, é possível estudar a hipótese para
389 adiantar essa análise, dependendo do ocorrido, mas que seguem uma portaria.
390 Aladim se compromete oficializar, junto ao IBAMA e ao IEMA, melhor
391 esclarecimento sobre o ocorrido. **MINUTA DE RESOLUÇÃO DAS REGRAS PARA**
392 **ATIVIDADE DE COLETA DE MARISCO NA RDSM** - A presente Resolução
393 estabelece as regras para coleta de marisco no manguezal do Piraquê-Açú e
394 Piraquê-Mirim e seu estuário, no âmbito da Reserva de Desenvolvimento
395 Sustentável Municipal – RDSM Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim, do Município de
396 Aracruz/ES. Priscila Nobres segue com a leitura, e ressalta sobre o tamanho mínimo
397 das espécimes para coleta, e o do defeso das mesma. Hoje não temos nenhum
398 documento técnico que possa regulamentar, o que seria interessante para
399 preservação e manutenção. André Amado pergunta a forma/método utilizado para
400 determinar o tamanho dos espécimes. Priscila Nobres responde que foi determinada
401 através de pesquisas, baseado em outras legislações. E por contato com a

402 Professora Mércia (apoio técnico da UFES), e também informações levantadas com
403 a comunidade, e segue com a leitura da minuta. André Amado interrompe
404 perguntando se só a SEMAM que pode fiscalizar, e se outros órgãos ambientais não
405 poderiam participar. O senhor Aladim Cerqueira responde que não sabe se esse
406 conselho tem competência para definir a ação da Polícia Ambiental Estadual. Nos
407 acreditamos que uma vez que tenha, eles vão nos dar respaldo. Porém, a autuação
408 é do fiscal de Meio Ambiente Municipal. A norma foi definida pelo conselho
409 municipal, mas podemos tirar essa dúvida com a assessoria jurídica e com a
410 procuradoria. Fizemos uma reunião com a equipe da fiscalização, e eles tem a
411 clareza. Então, essa norma só será cem por cento aplicável, depois que tivermos o
412 Plano de Manejo, uma lei aprovada/definida. Porque hoje a nossa lei não específica
413 uma restrição a respeito disso, ainda precisa virar lei. Mas já serve como orientativo
414 para as ações de fiscalização. Maria José afirma, então ela não precisa ser
415 aprovada hoje pelo conselho. O senhor Aladim diz ser a nossa intenção. O senhor
416 Ygo Silvestre (IEMA) se manifesta dizendo que não temos como estabelecer
417 competência, talvez chamar atenção para um aspecto, isso não impede que outros
418 órgãos responsáveis também atuem. Maria José pergunta se tem alguma parceria.
419 Priscila Nobres diz que a parceria já acontece, e esclarece com um exemplo, se o
420 fiscal ambiental (Polícia Ambiental), estiver no local e ver algo, ele vai poder atuar
421 em ciam dessa Resolução. Aladim se manifesta com um questionamento, quando o
422 fiscal de Meio Ambiente não estiver presente, os outros órgãos vão poder atuar se
423 for mudado o texto. Não sabe dizer, fica sem resposta. Ygo se manifesta afirmando
424 que outros órgãos vai atuar sim, se ver acontecendo, vai atuar. Priscila Nobres
425 finaliza a leitura da Minuta, e abre para mais questionamentos. O senhor Joceli da
426 Conceição (APESCAL) pergunta sobre a definição da quantidade. Aladim responde
427 dizendo que nessa resolução não foi determinada quantidade, e ressalta
428 que ficou definido que só será permitido à Família Beneficiária, método correto o
429 tamanho e o que não é permitido. Talvez com o Plano de Manejo, um estudo mais

430 específico possa definir melhor essa questão de quantidade por pessoa. O senhor
431 Joceli da Conceição (APESCAL) lembra do período defeso também, e segue
432 lembrando de outras espécies que merecem atenção do defeso, como a tainha, do
433 vermelho (...). Aladim sugere a Priscila que faça um levantamento dessas
434 informações. Luciana se manifesta com uma dúvida sobre as carteirinhas das
435 Famílias Beneficiárias, se passarão por algum critério de avaliação. Aladim responde
436 que essa capacitação já é usado com os catadores de caranguejos anualmente, que
437 seria semelhante, nesse mesmo sentido. Wellington se manifesta pedindo para
438 voltar no trecho citado na minuta sobre a dificuldade de entendimento de legislação
439 para as espécies. Fala sobre uma Comissão de Pesca do Espírito Santo que está
440 inserida dentro do Ministério da Pesca, onde os discursos são semelhantes. Sugere
441 um caminho, já existente, junto as entidades, para atingir as comunidades quando
442 for acontecer o cadastro, o que otimizaria tempo e avanço. E segue citando o
443 Concelho Estadual da Pesca que também poderia colaborar com informações em
444 relação as espécies, defeso (...). E afirma que o único que tem defeso, é o
445 mexilhão. Priscila se manifesta dizendo ter sido a única referência que encontrou, e
446 explica o caminho que seguiu com as pesquisas. Além de entrar em contato com a
447 professora Mércia e sua aluna, também consultou o Plano de Manejo, que não foi
448 aprovado pelo conselho. Fez uma busca das espécies que tinham sido catalogadas,
449 e não encontrou o mexilhão. O que foi uma confirmação do que já tinha levantado.
450 Wellington pontua sobre algumas questões que ocorrem dentro do território do
451 Piraquê-Açú, e levanta sobre a importância de algumas atividades que poderiam ter
452 parcerias entre as aldeias. Sugere ainda, implantação de placas informativas nas
453 proximidades do Rio Piraquê-Açú. Alerta sobre um possível ordenamento dentro da
454 área indígena do Sauê, por suas riquezas existentes. Relata alguns impactos, como
455 a pesca predatória com rede. Sugere uma reunião ampla, junto ao IBAMA, para
456 alinhar formas de cuidados com o Rio Sauê. Aladim se posiciona dizendo ser o
457 próximo assunto em pauta. Talvez até uma acordo de cooperação junto ao IBAMA.
458 Mari José solicita uma informação, carteira de motorista perde por alguma infração,

459 e a de pescador, também perde. Wellington responde que perde, e explica sobre os
460 cuidados que precisa ter com o recadastramento para não ficar suspensa. O senhor
461 Aladim responde que quando regulamentar as Famílias Beneficiárias vai está
462 incluído, e que o catador cadastrado, por exemplo, no descumprimento das normas
463 ele perde o cadastro e os benefícios. Maria José (AMIP) afirma que muita gente que
464 não é pescador, tem carteirinha. Aladim responde dizendo que é de competência do
465 Ministério da Pesca. Ygo se manifesta dizendo que a carteirinha de pesca é
466 autodeclaratória. Porém, se for profissional, tem passar pelo aval da colônia. Aladim
467 se manifesta perguntando se pode deliberar a Resolução, e se todos estão de
468 acordo e se tem algum conselheiro contrário a aprovação dessa Resolução. Ygo
469 Silvestre se posiciona dizendo que já se manifestou no grupo. Acha que o conselho
470 não tem competência para estabelecer normas para a Unidade de Conservação,
471 isso é atribuição do Plano de Manejo. Então, não cabe a gente fazer essas regras.
472 Se a gente faz essas regras, depois a prefeitura faz uma autuação, apreende
473 apetrechos, multa uma pessoa, derruba isso na justiça. Porque não é a gente que é
474 competente para definir regras dentro da UC. Então, juridicamente eu acho que a
475 gente não tem essa competência. Isso é restrito ao Plano de Manejo. Isso em
476 tecnicamente, construir regras de extração no território, tem que fazer junto com os
477 extrativistas. Não é a prefeitura fazer lá e trazer aqui sem a gente ter prévia, analisar
478 antes, decidir só nessa reunião de poucas horas. Então eu acho que, quando fala
479 em construir regras com os pescadores, com qualquer extrativista, tem fazer com
480 eles, para eles mostrarem (a gente pesca aqui, a gente pesca de tal jeito ...), tem ser
481 tudo discutido entre as partes. Acho que a efetividade de uma norma estabelecida
482 assim, diminui muito, porque o próprio extrativista não sente autor desse processo. É
483 um processo que está vindo de cima para baixo. Então, eu sou contra aprovar esse
484 tipo de admissão. O senhor Aladim Cerqueira se posiciona e diz, só a título de
485 esclarecimento Ygo, nós fizemos uma consulta a procuradoria, e não tem nenhuma
486 objeção dela a que o conselho aprove as resoluções. Não existe nenhuma
487 desorientação, juridicamente nesse sentido. Eu, particularmente acho, que um Plano

488 de Manejo não define normas. Ygo Sivestre diz que está na lei isso. Aladim ressalta
489 sobre o Plano de Manejo que é construído no momento, depois ele tem dez anos
490 para caracterizar através das consultorias. O Plano de Manejo aprova um plano,
491 define e tudo mais, mas se o conselho não tiver a competência de estabelecer
492 regramentos, é lógico que o diálogo tem que acontecer. Para a construção dessa
493 resolução, nos consultamos as comunidades, lideranças específicas. A Resolução
494 da Pesca, nós fizemos isso também. Surgiu até um grupo que reclamou que não foi
495 ouvido. Nós não íamos trazer para vocês a possibilidade de uma Resolução se não
496 tivéssemos consultado juridicamente a possibilidade desse conselho aprovar uma
497 Resolução. Qual seria a função do Conselho então. O conselheiro Ygo Sivestre se
498 manifesta no anexo I (...), o papel do Conselho é aprovar o Plano de Manejo. O
499 decreto fala, compete ao Conselho (...). Não podemos estabelecer normas. Se
500 seguir na lei, no SNUC o inciso vai falar, qual o documento que estabelece as regras
501 das Unidades de Conservação – O Plano de Manejo. Então, o nosso foco está no
502 Plano de Manejo. A discussão é importante, reconheço o trabalho da prefeitura, que
503 é implementar mesmo, que é fiscalizar, mas eu acho que não é esse o caminho.
504 Podemos pensar nas outras coisas, de como melhorar a fiscalização, intensificar.
505 Aladim se posiciona dizendo, a fiscalização chega, eu falo que não posso autuar
506 porque não existe regras. Ygo Silvestre (IEMA) diz que a apreensão pode ser feita
507 por não terem carteirinha. Que é a lei que já está válida. Aladim Cerqueira se
508 posiciona e diz, isso é fácil, mas nem sempre o pescador que está infringindo as
509 regras, é o que está sem a carteirinha. Ygo Silvestre se manifesta dizendo que a
510 regra é o Plano de Manejo. O parecer do jurídico, estava previsto no anexo I, que eu
511 não encontrei. Priscila Nobres (SEMAM) se posiciona e diz que foi enviado, que
512 havia acabado de conferir. O conselheiro Ygo Silvetre (IEMA) diz que precisaria de
513 um tempo para analisar, e que precisa saber onde se embasou pra dizer que a gente
514 pode fazer isso. Porque o que estabelece as nossas competência, não diz que a
515 gente estabelece regras. Então, eu tenho que saber aonde está fundamentado isso,
516 porque eu não sei. Então, eu não vou votar em algo que não tenho certeza jurídica,

517 e tecnicamente também. Recomendo, normas tem ser feito juntos com os
518 extrativistas, tem que participar da elaboração. Temos que pensar em um método de
519 construir isso, e existem vários exemplos de como isso já foi feito. E além disso, para
520 a pessoa ter o direito exclusivo, fazer uso, o SNUC já estabelece instrumento. Tem
521 que fazer uma concessão. Isso é área pública, domínio público. Teria que fazer uma
522 concessão do governo para esses extrativistas fazerem o uso do espaço. Tudo está
523 previsto na lei. André Amado se manifesta abrindo um parênteses para sugerir que
524 outros órgãos (federais, estaduais e municipais), participem da fiscalização, junto a
525 prefeitura. O conselheiro Ygo Silvestre (IEMA) faz novas colocações sobre aspecto
526 que ele acha interessante, recursos de pesqueiro de baixa mobilidade. Peixe é um
527 recurso de alta mobilidade, se desloca bastante e é mais difícil manejar. O que se
528 tem feito pelo mundo, eles dão um lote para o extrativista (você vai usar essa área
529 aqui. Essa área é sua). Então, o cara vai cuidar daquele espaço, vai fazer rodízio
530 com vários métodos de coletas. É assim que funciona o manejo de recursos
531 pesqueiros de baixa mobilidade, como a ostra e a ameixa-do-mangue. O senho
532 Aladim se posiciona a respeito da opinião do Ygo de não aprovação da Resolução, e
533 pergunta se mais alguém é contrária a aprovação da Resolução. Luciana (SOAST)
534 se manifesta dizendo que após explicações, ela vota na não aprovação. A Sra. Maria
535 José pergunta na possibilidade um tempo para avaliar. Aladim se posiciona e sugere
536 submeter a Resolução e trazer o assunto na próxima reunião. O senhor Joceli
537 (APESCAL) se posiciona dizendo que só ele e Wellington representa o conselho
538 como comunidade, e que sente falta do Diego. Priscila esclarece a situação do
539 Diego, que ele tinha se pronunciado como se fizesse parte da instituição ASCAP, só
540 que ele não está. Dessa forma, quando fomos lançar a Portaria, o nome da Sheila
541 adicionado, porque Diego não poderia assumir a cadeira. Diego foi convidado para
542 participar como ouvinte, mas não pode estar presente. O senhor Aladim Cerqueira
543 esclarece sobre a Resolução de Pesca, que teve um impacto muito positivo, e que
544 foi reconhecido, respeitada pela comunidade. Quem se sentiu excluído, nos
545 procurou para ser inserido para gente construir um diálogo. Então, quando o

546 Conselho delibera, a comunidade tem que respeitar. A construção de um Plano de
547 Manejo requer consultoria, e dessa forma, fica anos a merce de um Plano de Manejo
548 que não é suficiente para resolver todas as questões. Não vejo praticidade nessa
549 forma. O trabalho com os catadores de caranguejo está consolidado depois de dez
550 anos de trabalho. Se não temos capacidade do Conselho definir, o conselho não
551 seve pra nada. CONAMA define normas que são respeitadas no território do Brasil.
552 Existe um Conselho deliberativo que requer participação de todos. A questão da
553 legalidade precisa ser vista, a urgência. Ygo se posiciona sugerindo fazer rodízio na
554 fiscalização na maré baixa. Fazer material didático, com calendário, indicando aonde
555 é proibido e os períodos. Faz sugestão de um marcador físico (marco físico de
556 concreto). Vamos usar a lei que está valendo. Nem grupo de trabalho foi fechado
557 para definir essa legislação. O senhor Aladim Cerqueira faz uma crítica, sobre os
558 grupos de trabalhos serem ineficientes, não funcionam. Não tem liderança, não tem
559 presença. Ygo Silvestre se posiciona dizendo que cabe a gestão fazer esse tipo de
560 organização, de mobilização. Aladim diz que cabe ao Conselho. Wellington Lamego
561 faz suas colocações quanto indígenas, fazem o uso do ecossistema do rio para
562 subsistência, dentro de uma organização social, e fala em nome da APECI que
563 aprova o documento. O senhor Aladim faz apresentação do José Ramos Fantim
564 Rangel (SEDE – pescadores), que tem um grupo representativo, que se sentiu
565 excluídos por não serem citados como Comunidade Beneficiários do entorno da
566 RDSMP. Estão buscando participação para contribuir com sugestões para fazer para
567 aprimorar a legislação. Priscila Nobres é convocada para falar melhor sobre o **Grupo**
568 **Técnico (GT)**, que é o primeiro passo para caracterizar o perfil das Famílias
569 Beneficiárias. Sugere o cronograma, e fala sobre a proposta da criação do grupo. A
570 formação desse grupo precisa ser formada por um representante de cada
571 seguimento (órgão público, sociedade civil organizada e usuário de território). Onde
572 foi nomeado, Ygo, André Amado Wellington. O conselheiro Ygo Silvestre sugere uma
573 assistente social. Priscila Nobres entrou em contato, mas não marcaram presença.
574 Aladim se posiciona falando da equipe da Gestão de Educação Ambiental que é

41

575 representativa. Maria José fala a respeito de uma denúncia recebida no rio Piraquê-
576 Açú sobre queimadas. O senhor Aladim solicita clareza, mas detalhamento com
577 localização dos fatos, e fala sobre o aumento da salinidade. O Wellington Lamego
578 levanta o assunto sobre o descascamento do mangue de ser uma tradição indígena
579 para espantar mosquitos, mas que tem aumentado nos últimos tempos impactando
580 e causando a morte da vegetação do manguezal. O Senhor Aladim Cerqueira faz a
581 apresentação da Rosicléa Mattos que assumiu o cargo da coordenação da RDSMP.
582 Dado o avançar do horário a reunião foi encerrada. O presidente do Conselho
583 encerrou a segunda Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo da Reserva de
584 Desenvolvimento Sustentável Municipal (RDSM) Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim às
585 dezesseis horas e quinze minutos eu, Rosicléa Mattos lavrei a presente ata em vinte
586 e três de julho do ano de dois mil e vinte e quatro.

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

42



43

600

601

Presidente

602

APECI

SOAST

APESCAL

Soc. Cult BloCongo

ASCAPI

SAAE

IEMA

SEMAG

AMIP

SEMTUR

Instituto Peroá

Hippocampus

EBMAR

FOREST

603

44